

MEMÓRIA DA 8ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO-CTMH GESTÃO 2019-2021		
DATA: 29/09/2020	HORÁRIO: 09h	LOCAL: FABHAT

LISTA DE PRESENÇA – CTMH	
Entidade	Nome
DAEE	Alfredo Pisani
CETESB	Lilian Barrella Peres (coordenadora)
IPT	Gerson Salviano
Centro de Vigilância Sanitária	Paulo Alberto Teixeira Ugolini
SEMAE	Gabriel Sousa Alves
PM de Caieiras	Reginaldo Pereira Lima
DAEE	Josué Barranco
CONVIDADOS	
Entidade	Nome
FABHAT	Hélio Suleiman
FABHAT	Beatriz Vilera
FABHAT	Valburg Junior
FABHAT	Mayara Aboud Trivinho
FABHAT/ Secretaria Executiva	Ana Sedlacek
FABHAT/ Secretaria Executiva	Larissa Cristina
APU	Amauri Pollachi
IPT	José Luiz
CETESB	Elton Gloeden
	Francisco
DAEE	José Eduardo Campos
IPT	Filipe Antonio Marques Falcetta
DAEE	Seica Ono
CETESB	Fábio Netto Moreno
CETESB	Rosangela Passini Modesto
DAEE	Ruy Waldemar
PM de São Paulo	Magali Antonia Batista
SEMAE	Amanda

Lilian Barrella (CTMH) iniciou a reunião às 9h15. A memória da 7ª reunião foi aprovada com as revisões da Lilian.

1. Questões da área do Jurubatuba

Hélio Suleiman (FABHAT) explicou que para o caso de alteração na Deliberação CBH-AT nº 08/, deve ser aprovada pelo Comitê e posteriormente encaminhada ao Conselho. E se necessário a FABHAT pode ser o tomador do TR para fomentar um estudo.

José Eduardo Campos (DAEE) disse que o formato da Deliberação deve ser revisto e que para a realização de um estudo pelo Comitê, deve-se ter um determinado foco. Como exemplo, apresentou a questão de estabelecer uma rede de monitoramento para incluir participação de usuários privados.

Hélio perguntou como deve ser o acompanhamento dos dados de monitoramento e qual órgão seria responsável pelo fornecimento dessas informações. Gabriel Sousa (SEMAE) esclareceu que o DAEE é o responsável pela apresentação desses dados e apresentou o Artigo 8º da Deliberação 01/2011, que dispõe sobre o assunto:

“A cada dois anos, o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) apresentará relatório sobre a área de restrição aqui deliberada, consultando se necessário, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e o Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, e submeterá à apreciação da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CT-AS do Comitê da Bacia do Alto Tietê – CBH-AT eventuais alterações na classificação ou nos limites das áreas aqui propostas. Parágrafo Único – O relatório acima citado deverá conter a compilação das informações recebidas dos usuários durante o período, atualização do cadastro de poços e da caracterização das áreas de restrição.”

Hélio disse que o Comitê não possui a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS), mostrando assim que o procedimento está na contra mão, considerando que o braço executivo do CBH-AT é a Agência.

Seica Ono (DAEE) disse que concorda com o que o José Eduardo. Acrescentou que o DAEE não tem instrumentos adequados para avaliar a qualidade de água no Jurubatuba e que alguns usuários privados pediram a utilização da água nessa região. Reiterou que a Deliberação 01/2011 do CBH-AT é muito importante para a liberação das outorgas e precisa ser revista no limite para utilização de água, pois pode existir área da Bacia Sedimentar que não está contaminada, por exemplo.

Elton Gloeden (CETESB) disse que a Deliberação 01/2011 foi feita com base em um estudo hidrogeológico da região do Jurubatuba, o que considera efetivo para o diagnóstico inicial. Acrescentou que a CETESB recebeu o relatório sobre a área de restrição em 2016. Porém, após avaliação não teve como aproveitar as informações por conta da qualidade das análises e falta de interpretação dos resultados.

Nesse sentido, acrescentou que considera a Deliberação do CBH-AT bastante interessante e muito boa. Disse que pode receber alguns pequenos ajustes, mas que o necessário é colocá-la em funcionamento.

Sugeriu que os usuários das águas realizem as análises químicas trimestrais para utilizar como dados no monitoramento da qualidade para os órgãos responsáveis fazerem as avaliações. Acrescentou que é difícil dizer que na Bacia Sedimentar na área de restrição do Jurubatuba pode ter água potável, tendo em vista a falta de informações e considerando que os resultados

das investigações da CETESB apresentam muitas plumas de contaminação causada pelas indústrias. Reitera que nesse ponto a restrição está correta, e que o principal problema de contaminação são as redes de esgoto antigas.

José Eduardo (DAEE) discordou no ponto levantado por Elton (CETESB) com relação em colocar a responsabilidade ao usuário pelas análises químicas, tendo em vista que ele é o principal prejudicado pela contaminação, que muitas vezes vem de outro local. Sugeriu a formação de um grupo de trabalho com os órgãos envolvidos na Deliberação para sair com uma proposta e montar uma linha de ação.

Magali (PM de São Paulo) informou que na região possui 42 poços interditados para consumo humano e que 46 poços que estão sendo monitorados pelo município. Acrescentou que considera muito importante em poder participar da discussão, tendo em vista que já realiza um monitoramento da área.

Elton (CETESB) concordou com a proposta de José Eduardo (DAEE), pois há muitas arestas para acertar. Sugeriu que o GT inicie com propostas para que a Deliberação funcione para ter uma resposta para o Ministério Público e sociedade; e que depois poderia partir para medidas de melhoria.

José Eduardo (DAEE) sugeriu a apresentação de um Plano de Trabalho pelo Grupo, para melhor organização das atividades e que isso poderia ser realizado mais adiante. Acrescentou que a partir do monitoramento dos 46 poços realizados pelo Município já é possível ter um encaminhamento para uma mínima articulação integrada.

Fábio Netto (CETESB) pontuou que concorda com a fala do Elton, e que ele foi muito claro na exposição de que realmente existe a necessidade do funcionamento da Deliberação e articulação com todos os entes envolvidos. Acrescentou que a Deliberação fala que o usuário pode contribuir bastante com as informações uma vez que ele tem condição de realizar as análises com muito mais rapidez do que a CETESB, mas deve ser discutido a participação da rede de monitoramento no Jurubatuba. Concordou também com o encaminhamento do GT.

Rosângela (CETESB) também disse que a melhor solução é o grupo e concordou o usuário está sendo prejudicado nesse aspecto para exigir as análises da qualidade da água.

E então, ocorreu a formação do grupo e que depois será formalizada através do encaminhamento de Ofício convite do CBH-AT para os órgãos envolvidos, contando com a indicação dos seguintes representantes:

- CETESB: Elton e Rosângela;
- DAEE: Josué Barranco, Ruy, José Eduardo Campos;
- CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA: Paulo, Arnaldo e Francisco Campos;
- VIGILÂNCIA SANITÁRIA DA PM de São Paulo: Magali;
- IPT: José Luiz.

2. GT Eventos Extremos:

Amauri Pollachi (APU) explicou que na reunião de Diretoria surgiu a proposta de realizar um evento para trazer exposições relativas às mudanças climáticas através de um webinar organizado pelo comitê. No evento poderia ser realizada a abertura do GT de eventos extremos e trazendo convidados como Pedro Torres e Pedro de Assis.

Gerson Salviano (IPT) sugeriu levantar alguns temas para serem apresentados, e levar elementos de maior interesse para o grupo.

Amauri sugeriu realizar o evento em 22 de outubro, das 15h a 17h e irá realizar um briefing do evento para a Secretaria Executiva entrar em contato com os envolvidos.

3. Relatório de Situação

Beatriz apresentou uma prévia dos capítulos de água subterrânea e águas superficiais do relatório de situação para verificar junto ao grupo algumas inconsistências e sugestões na análise dos dados.

Os principais pontos abordados foram os seguintes:

a) Abordagem dos parâmetros IVA e IET:

Lilian sugeriu utilizar dados em pontos de reservatórios, que poderia ser dividido por sub-bacia ou por mananciais.

Gerson disse ser necessário a elaboração de um capítulo específico para as áreas de mananciais, pois facilitaria na análise de projetos. Acrescentou que se caso não for possível para esse ano, utilizar a proposta para o ano que vem.

José Luiz acrescentou que separando as áreas de mananciais, é possível agregar dados da CETESB e SABESP, o que agrega no levantamento.

b) Pontos de monitoramento

Beatriz explicou que é necessário realizar uma verificação com relação a alguns pontos de monitoramento. Em 2018 aparecem 4 pontos que não tem em 2019 e em 2019 aparecem 2 que não tinham em 2018.

Lilian se prontificou de ver isso e irá encaminhar para a área técnica.

c) Periodicidade dos parâmetros

Valburg (FABHAT) perguntou se o IQA é obtido através de uma média anual ou por amostragem. Lilian esclareceu que os dados de cada amostragem podem ser obtidos pelo Infoáguas e os dados dos índices fornecidos pela CRHI são as médias anuais de cada ponto informados pela CETESB.

Gabriel pontuou que a frequência na medição dos parâmetros do IQA e IAP tiveram alteração. Lilian explicou que em 2019 a frequência do IQA era bimestral e o IAP era 2 vezes na seca e 2 vezes na estação úmida. A partir de 2020, o IQA passou ser trimestral.

d) Enquadramento do corpo hídrico e parâmetros de qualidade:

Beatriz questionou como trabalharia com a análise do IQA e IAP com relação ao enquadramento.

Lilian sugeriu tirar a relação dos dois índices com o enquadramento. Sugeriu utilizar dados de parâmetros para a análise considerando os principais corpos d'água e ficou responsável em construir uma proposta e encaminhar à área técnica da FABHAT.

e) Densidade nos pontos de monitoramento

Valburg comentou sobre um apontamento realizado por Dimitri Auad (MDV), que sugeriu realizar a análise da densidade de pontos de monitoramento por sub-bacia para verificar se é adequado. Nesse sentido, Valburg questionou se a análise pelo IAEM seria suficiente, já que é um indicador para toda a bacia e é até mais completo.

Lilian disse que de acordo com o IAEM, a classificação da BAT é classificada como vulnerável devido às suas características específicas de qualidade da água relativas à alta densidade populacional. Por outro lado, a quantidade de pontos de monitoramento por área está adequada. Nesse sentido, Lilian sugeriu utilização de dados do relatório da CETESB, onde apresenta uma tabela de todos os pontos por UGRHI e a densidade por km².

f) Análise dos dados da água subterrânea

José Luiz vai ajudar na abordagem da questão das águas subterrâneas por e-mail.

Beatriz acrescentou que o prazo para aprovação do relatório final é até novembro, contando com a reunião com as CTs para apresentação.

Valburg sugeriu comentar sobre a área de Jurubatuba, para facilitar a indicação de projeto caso necessite de investimento.

g) Outros pontos

Lilian sugeriu colocar dados dos boletins de carga orgânica nos exutórios. Acrescentou que o Hélio também solicitou avaliar a inclusão de um gráfico similar ao do relatório da CETESB, no qual apresenta-se análise dos resultados comparados com os padrões de classe 2, verificando assim a porcentagem de não conformidade.

Valburg esclareceu que essa parte aparece em outro capítulo do RS.

4. Encaminhamentos:

- ✓ A Secretaria Executiva irá encaminhar os ofícios para indicação de representantes para compor o GT Jurubatuba e convite para a próxima reunião da CTMH pré-agendada

para dia 15/10 aos Órgãos envolvidos (DAEE, CETESB, IPT, Centro de Vigilância Sanitária, Vigilância Sanitária da PM de São Paulo);

- ✓ Amauri irá encaminhar à Secretaria Executiva um briefing sobre a organização do webinar de Eventos Extremos;
- ✓ A Secretaria Executiva irá organizar o evento e convidar os participantes;
- ✓ Valburg vai realizar os ajustes discutidos no RS até sexta-feira e encaminhará para a Lilian (dia 2/10);
- ✓ Lilian vai verificar a questão dos pontos de monitoramento até o fim de semana e pensará em uma estratégia para avaliar o enquadramento;
- ✓ Após a Lilian verificar as alterações no RS, será encaminhado para a CTMH se manifestar com um prazo de uma semana (até dia 9/10);

A reunião encerrou as 12h30.